

Instituto de Responsabilidade Social Siro-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberto John Alphonse Di Dio"

de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **J. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convenções são efetuados pelo ente público partindo no início do mês à competência. **K. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **L. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos recebidos em projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2020 e 2019 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **e** mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **e** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e o prestejamento pago (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **M. Arrendamentos:** O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos de uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2020, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); (c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Recursos financeiros vinculados a projetos:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.445	151.452
Aplicações financeiras	5.225.533	2.162.839
	6.670.978	2.314.291

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2019 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI).

5. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:

	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	108.366	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2019	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú - Custeio	-	158.629.320	-	-	(158.629.320)	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento	-	-	108.366	-	-	108.366

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	22.103	152.852.582	586.400	(586.400)	(152.874.685)	2.314.291

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio" e "investimento", são compostos dos termos de aditamento números 01/2020, 02/2020, 03/2020, totalizando R\$ 158.629.320.

6. Estoques:

	31/12/2020	31/12/2019
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	3.173.399	1.634.693
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	815.913	510.507
	3.989.312	2.145.200

7. Créditos diversos:

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a funcionários	402.969	240.418
Despesas a apropriar	78.339	-
	504.326	318.754

8. Imobilizado: Taxas anuais de depreciação

	2020	2019
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos médicos	10%	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10%	10%
Veículos	20%	20%
Software e hardware	20%	20%
Total	14.537.690	(6.901.967)

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Instalações	2.276.183	-	-	2.276.183
Móveis e utensílios	2.132.497	95.481	(136.371)	2.091.606
Máquinas e equipamentos médicos (a)	6.414.405	2.541.827	(423.564)	8.532.668
Máquinas e equipamentos em geral	1.083.618	26.841	(181.693)	928.766
Veículos	31.300	-	(31.300)	-
Software e hardware	680.320	10.800	(13.953)	677.167
Total custo	12.618.323	2.674.949	(755.581)	14.537.690
Depreciação	(57.086)	(38.225)	-	(95.311)
Móveis e utensílios	(309.375)	(140.275)	-	(449.650)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.689.900)	(645.642)	-	(4.335.542)
Máquinas e equipamentos em geral	(365.972)	(88.599)	-	(454.571)
Veículos	(31.300)	-	-	(31.300)
Software e hardware	(669.252)	28.659	-	(640.593)
Total depreciação	(5.717.885)	(884.092)	-	(6.601.977)
Saldo líquido	6.900.438	1.790.967	(755.581)	7.935.723

(a) Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 1.429.084 foi recebido como doação, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.266.190 referente à Respiradores Pulmonares para auxiliar nos atendimentos de casos de Covid-19 e o montante de R\$ 162.894 referente a equipamentos diversos também recebidos como doação, conforme informado no item (b) da nota explicativa nº 17.

Custo	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Instalações	382.246	1.893.937	-	2.276.183
Móveis e utensílios	1.223.168	939.497	(30.166)	2.132.497
Máquinas e equipamentos médicos	5.902.393	770.577	(258.565)	6.414.405

subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e o prestejamento pago (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **M. Arrendamentos:** O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos de uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2020, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue: (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); (c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Recursos financeiros vinculados a projetos:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.445	151.452
Aplicações financeiras	5.225.533	2.162.839
	6.670.978	2.314.291

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2019 a remuneração ficou em 82% a 94% do CDI).

5. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:

	31/12/2020	31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	108.366	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2019	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú - Custeio	-	158.629.320	-	-	(158.629.320)	-
Hospital Geral do Grajaú - Investimento	-	-	108.366	-	-	108.366

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2019
Hospital Geral do Grajaú	22.103	152.852.582	586.400	(586.400)	(152.874.685)	2.314.291

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio" e "investimento", são compostos dos termos de aditamento números 01/2020, 02/2020, 03/2020, totalizando R\$ 158.629.320.

6. Estoques:

	31/12/2020	31/12/2019
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	3.173.399	1.634.693
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	815.913	510.507
	3.989.312	2.145.200

7. Créditos diversos:

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a funcionários	402.969	240.418
Despesas a apropriar	78.339	-
	504.326	318.754

8. Imobilizado: Taxas anuais de depreciação

	2020	2019
Instalações	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos médicos	10%	10%
Máquinas e equipamentos em geral	10%	10%
Veículos	20%	20%
Software e hardware	20%	20%
Total	14.537.690	(6.901.967)

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Instalações	2.276.183	-	-	2.276.183
Móveis e utensílios	2.132.497	95.481	(136.371)	2.091.606
Máquinas e equipamentos médicos (a)	6.414.405	2.541.827	(423.564)	8.532.668
Máquinas e equipamentos em geral	1.083.618	26.841	(181.693)	928.766
Veículos	31.300	-	(31.300)	-
Software e hardware	680.320	10.800	(13.953)	677.167
Total custo	12.618.323	2.674.949	(755.581)	14.537.690
Depreciação	(57.086)	(38.225)	-	(95.311)
Móveis e utensílios	(309.375)	(140.275)	-	(449.650)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.689.900)	(645.642)	-	(4.335.542)
Máquinas e equipamentos em geral	(365.972)	(88.599)	-	(454.571)
Veículos	(31.300)	-	-	(31.300)
Software e hardware	(669.252)	28.659	-	(640.593)
Total depreciação	(5.717.885)	(884.092)	-	(6.601.977)
Saldo líquido	6.900.438	1.790.967	(755.581)	7.935.723

(a) Dentre essas adições de imobilizado, o montante de R\$ 1.429.084 foi recebido como doação, sendo parte substancial no montante de R\$ 1.266.190 referente à Respiradores Pulmonares para auxiliar nos atendimentos de casos de Covid-19 e o montante de R\$ 162.894 referente a equipamentos diversos também recebidos como doação, conforme informado no item (b) da nota explicativa nº 17.

Custo	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Saldo em 2019
Instalações	382.246	1.893.937	-	2.276.183
Móveis e utensílios	1.223.168	939.497	(30.166)	2.132.497
Máquinas e equipamentos médicos	5.902.393	770.577	(258.565)	6.414.405

são: trabalhistas R\$ 708.922 (R\$ 1.198.648 em 2019) e não houve processos civis (R\$ 972.237 em 2019), apenas mudança de risco possível para provável do montante total de R\$ 972.237 para 2020. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Os principais temas civis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingências venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização. Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	265.602	229.305
	265.602	229.305

Subvenções de investimentos a realizar	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções de investimentos a realizar	285.121	394.616

Subvenções de investimentos a realizar	Saldo em 2019	Recebimento em 2020	Recursos Consumidos em 2020	Saldo em 2019
Subvenções de investimentos a realizar	394.616	108.366	(354.861)	-
	394.616	108.366	(354.861)	-

Subvenções de investimentos a realizar	Saldo em 2018	Recebimento em 2019	Recursos Consumidos em 2019	Saldo em 2019
Subvenções de investimentos a realizar	42.034	586.400	(234.819)	394.616

Referem-se aos recebimentos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 5.

Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	31/12/2020	31/12/2019
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.360.328	4.692.855

Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	Saldo em 2019	Total de aquisições em 2020	Baixas em 2020	Saldo em 2020
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	4.692.855	1.245.120	(765.621)	(611.826)
	4.692.855	1.245.120	(765.621)	4.360.328

Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	Saldo em 2018	Total de aquisições em 2019	Baixas em 2019	Saldo em 2019
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	3.985.323	1.753.050	(117.934)	(1.027.584)
	3.985.323	1.753.050	(117.934)	4.692.855

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 8 e 13.

16. Patrimônio Líqu

Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês
Unidade Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

(b) Despesas com Taxas de Lixo (TRSS).

	31/12/2020	31/12/2019
23. Receitas financeiras, líquidas:		
Receita de aplicações financeiras	219.129	392.066
Descontos obtidos	8.241	2.391
	227.370	394.457
Juros e multas sobre parcelamento	(17.526)	(78.417)
Outras despesas financeiras	(29.801)	(26.806)
Multas	(121)	(4.976)
Juros incorridos	(9.305)	(914)
	(56.753)	(111.113)
	170.617	283.344

24. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019), o Instituto não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a "Risco de crédito e Risco de liquidez". (i) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

		Fluxo de caixa contratuais				
		Mais				
	Valor	6 meses	06 - 12	1 - 2	de 5	
Passivos financeiros não derivativos	Contábil	Total	ou Menos	meses	anos	anos
Fornecedores	7.374.832	7.374.832	7.374.832	-	-	-
Outras Contas a Pagar	12.061	12.061	12.061	-	-	-
Total	7.386.893	7.386.893	7.386.893	-	-	-

		Fluxo de caixa contratuais				
		Mais				
	Valor	6 meses	06 - 12	1 - 2	de 5	
Passivos financeiros não derivativos	Contábil	Total	ou Menos	meses	anos	anos
Fornecedores	6.942.876	6.942.876	6.942.876	-	-	-
Outras Contas a Pagar	12.114	12.114	12.114	-	-	-
Total	6.954.990	6.954.990	6.954.990	-	-	-

(ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um

instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	5.226.978
Recursos a receber de projetos	5	108.366
- contratos de gestão e convênios	7	504.326
Outros ativos	5	318.754
Total	5.839.670	6.633.045

25. Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN):** O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura de São Paulo, sob o nº 2020-000438/CR01 para o exercício de 2020. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2020 e de 2019. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: • IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); • ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	74.188.507	76.008.001
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	20.149.599	20.643.773

saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita dos contratos de gestão - Estadual	159.384.967	153.879.737
ISS 2%	3.187.699	3.077.595
PIS 0,65%	1.036.002	1.000.218
COFINS 3%	4.781.549	4.616.392
	9.005.250	8.694.205
Superávit (déficit) do exercício	6.368.627	(1.320.132)
IRPJ e CSLL 34%	2.165.333	-
Receita com doações	8.953.883	15.814.110
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	358.155	632.564
Total das estimativas e principais renúncias	11.528.738	9.326.769

26. Isenção de INSS cota patronal: Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Deferir, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136426/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP), Parágrafo Único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75. Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAR (2,16%), totalizando 27,16%. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	74.188.507	76.008.001
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	20.149.599	20.643.773

<p>Maria Angela Atallah Presidente do conselho de administração do Instituto</p>	<p>Mario Sergio Cutait Membro do conselho de administração do Instituto</p>	<p>Carolina Lastra Diretora Executiva</p>	<p>Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil</p>	<p>Rildo Ancigan de Siqueira Contador CRC 1PE020957/0-O TP SP</p>
---	--	--	--	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital Geral do Grajaú tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secre-

taria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2020 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 10.608.490 e patrimônio líquido negativo em R\$ 17.524.364. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out": A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.**
- **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.**
- **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.**
- **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.**
- **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.**

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6
Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198769/O-0